

MARIA HELENA WEBER*

COMUNICAÇÃO E NEGAÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar o embate entre ações e discursos científicos, políticos e midiáticos relacionados à Pandemia de Covid-19, no Brasil, considerando a primazia do interesse público e a responsabilidade do governo federal no período de 2020 a 2022). O texto aborda os conceitos verdade, autoridade, visibilidade e relacionados ao poder das instituições científicas, políticas e midiáticas, entendidas como essenciais à proteção da população. As premissas que orientam a análise são as seguintes: a verdade é inerente ao discurso científico; a autoridade de um governo democrático deve estar voltada à segurança da população, e que a responsabilidade da imprensa está na visibilidade e difusão de informações geradas no âmbito da ciência e da política, bem como no exercício de suas próprias dinâmicas de mediação visando o interesse público e a gravidade da pandemia.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Pandemia Covid-19. Governo Brasileiro. Discurso Midiático. Discurso Científico. Discurso Político.

ABSTRACT: The aim of this article is to present the clash between scientific, political, and media actions and discourses related to the Covid-19 Pandemic in Brazil (2020-2022), considering the primacy of the public interest and the government federal's responsibility . The text addresses the concepts of truth, authority, visibility related to the power of scientific, political and media institutions, understood here as essential to protect the population. The premises for this analysis are: the truth is inherent to scientific discourse; the authority of

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

a democratic government must be focused on the population's safety; the media's responsibility is the visibility and the spread of information produced within science and politics, as well as in the exercise of its own dynamics of mediation focused on the public interest and the severity of the pandemic.

Keyword: Public Communication. Pandemic Covid-19. Brazilian Government. Media Discourse. Scientific Discourse. Political Discourse.

Maria Helena Weber

“... a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. (...) Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (Achille Mbembe, 2018)

INTRODUÇÃO

Desde 2019, a vida no mundo se tornou mais vulnerável e exposta à mortandade causada pelo coronavírus (SARS-Cov-2) que impôs a pandemia de Covid-19 e ainda desafia cientistas, profissionais da saúde, governantes, o mercado e as mídias. O avanço da tecnologia farmacológica e as descobertas científicas foram insuficientes para decifrar e controlar o vírus e suas variantes que mataram milhares de pessoas entre 2020 e 2023. A velocidade do contágio e as medidas de prevenção exigiram procedimentos comuns a todos os países e o mundo ficou menor e, apenas aparentemente, mais solidário.

A humanidade foi surpreendida pela incapacidade da tecnologia e da ciência de encontrarem uma solução rápida e eficaz, assim como o investimento dos países ricos se mostrou insuficiente, e as diferenças de classes, posicionamentos culturais e religiosos foram expostos e associados à falta de cuidados e às mortes. Através da pandemia foi possível acionar o poder e a necessidade da comunicação, em todas suas dimensões e que apesar de todas as diferenças a humanidade deveria

ser preservada. Algo como a “terra-pátria” definida por Morin e Kern (1995:42) quando salientam que “ao antigo substrato bio-antropológico que constitui a unidade da espécie humana acrescenta-se agora um tecido comunicacional, civilizacional, cultural, econômico, tecnológico, intelectual, ideológico” e que “nos aparece como humanidade.”

Diante do desconhecimento sobre o controle da pandemia de COVID-19 ficou evidente a necessidade da comunicação pública e do debate público, indispensáveis à governança democrática considerando a primazia do interesse público. Nesse sentido, os conceitos verdade, autoridade, informação tornaram-se axiais aos discursos proferidos por instituições científicas, políticas e midiáticas, que detêm o poder de informar e amparar a população, mas nem tudo ocorreu com esta precisão ética. Esse texto apresenta e analisa discursos e ações dessas instituições no Brasil, durante a pandemia, considerando as seguintes premissas: que a verdade é inerente ao discurso científico; que a autoridade de um governo democrático deve estar voltada à segurança da população, e que, nesse acontecimento, a responsabilidade da imprensa estava na visibilidade e difusão de informações geradas no âmbito da ciência e da política, bem como no exercício de suas próprias dinâmicas de mediação visando o interesse público diante da gravidade da pandemia. A pandemia de Covid-19 assolou a terra e exigiu medidas sanitárias assim como procedimentos comunicacionais e informações estratégicas formuladas e combinadas entre diferentes poderes: do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário); das mídias (meios convencionais, redes digitais e imprensa), e da ciência (organizações, universidades e cientistas). Ao Estado coube a coordenação de ações de prevenção, atendimento e cuidados da população; da ciência, a formulação de diagnósticos, orientações e medicamentos, e das mídias, a visibilidade e a difusão de informações sobre a compreensão a pandemia, medicamentos e modos de proteção. Relacionar a pandemia de Covid-19 à democracia brasileira, através das lentes da comunicação política é objetivo desse texto que considera o confronto insólito causado pelo próprio governo com a imprensa e a ciência, através dos discursos do então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), assim como

as contraditórias ações sanitárias capazes de provocar insegurança, medo e deixar a população à deriva. Seus discursos e ações interferiram diretamente nos sistemas de saúde, na vacinação e, conseqüentemente, no controle do avanço da doença e das mortes.

Para essa análise são combinados conceitos que importam para a metodologia de recuperação de contextos e fatos, ações e discursos e que servem à montagem dessa contribuição. O eixo teórico é constituído a partir da definição de que a Pandemia de Covid-19 se constitui como uma ‘trama acontecimental’ (Carnielli, 2021), porquanto é formada por inúmeros acontecimentos sanitários, políticos, econômicos, culturais em diferentes espaços do mundo e em diferentes temporalidades, mas que têm no vírus, o elemento comum. O texto aborda também a comunicação pública normativa à comunicação das instituições democráticas (Esteves, 2011; Weber, 2017); o discurso político entre a verdade e a mentira (Arendt, 2007; Foucault, 1996) e a referência à ‘biopolítica’ de Foucault, 2008) que analisa o poder do Estado sobre o corpo.

A apresentação desse artigo obedece à sequência de textos adaptados ao espaço determinado, especificamente, o medo e a morte; a trama acontecimental; o tratamento da epidemia no Brasil; o embate entre as instituições do Estado e o discurso presidencial e a ocorrência da comunicação pública no âmbito da imprensa, da sociedade e da imprensa. É sob esta perspectiva, que tem cabimento a análise sobre comunicação, política, medo e a negação da pandemia de COVID-19, no Brasil.

O CONTÁGIO POLÍTICO DO MEDO

A epidemia de Covid-19 amedrontou o planeta e minou a desejada segurança atribuída ao desenvolvimento da ciência e à tecnologia. As dúvidas chegaram junto com o vírus e os procedimentos quanto à prevenção e proteção, porque nem sempre os discursos da ciência e dos governantes coincidiram, em meio a pressões do mercado. Em cada uma

destas dimensões havia a defesa de verdades ideológicas, esotéricas e morais que ampliaram a desinformação e geraram perigosas fake news.

No Brasil, no auge da pandemia (2020 a 2022) a verdade sobre prevenção, procedimentos e medicação foi disputada, entre o governo e a ciência, mesmo diante de acelerado contágio e o risco de vida presentes.. Duvidar da gravidade da pandemia ou da eficácia dos procedimentos de proteção é duvidar da ciência, mesmo que a mídia, em todo o mundo, tenha se empenhado em colocar o jornalismo a serviço de pautas buscando a verdade e a ciência. No entanto, o poder da ciência foi colocado em dúvida, nos discursos proferidos por governantes, como pelo então presidente Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil). A irresponsabilidade discursiva incidiu sobre as atitudes de milhões de pessoas que atribuíram veracidade às declarações. Concomitantemente às dúvidas e ao medo da morte por Covid-19, estes governantes difundiram, também, a insegurança sobre sua capacidade de proteger a nação.

O medo da morte está na natureza humana e sobre a finitude da vida, se debruçam a psicologia, filosofia, antropologia, teologia, somadas a explicações míticas e religiosas. Associado ao medo da morte está o medo das doenças, do envelhecimento que alimentam o crescimento das indústrias da estética, farmacologia e da medicina. O medo é estratégico ao exercício de poder e associado a processos de dominação, tanto em regimes autoritários quanto nas democracias; tanto nas relações familiares, pessoais quanto religiosas. Por outro lado, existe o medo de quem governa. O medo político do poder que teme o poder dos governados, “o medo da desobediência, da revolta, da perda de prestígio e do lugar de poder”, afirma Chauí (1987: 58) que completa:

Paixão triste, o medo é e sempre será paixão, jamais transformando-se em ação do corpo e da alma. Sua origem e seus efeitos fazem com que não seja paixão isolada, mas articulada a outras formando um verdadeiro sistema do medo, determinando a maneira de sentir, viver e pensar dos que a ele estão submetidos.

Embora nascido durante a experiência imaginativa da irremediável contingência dos acontecimentos, não é ele próprio fruto da contingência ou do acaso, mas determinado por causas necessárias que, ignoradas, não cessam de alimentá-lo (Chauí, 1987:56)

O medo provocado pelos poderosos está associado à busca de aprovação e obediência. Sobre um vírus, a autoridade é a ciência, mas quando governantes e religiosos assumem posição contrária e disputam esta autoridade, talvez estejam amedrontados entre a incapacidade de proteger seus cidadãos e a pressão do mercado. Assim o medo se instala no cidadão, na medida em que a gravidade da doença oscila entre os discursos familiares, políticos e religiosos e a circulação de (des) informação nas redes sociais das quais participa.

Com medo da morte e do futuro e em dúvida diante de diferentes verdades científicas e políticas, as pessoas foram submetidas à insegurança. De acordo com Michel Foucault, quando demonstra que o poder sobre o corpo ocorre pela moral e os discursos determinados, historicamente, por governos. Trata-se de um tipo de “governamentalidade” que, historicamente definiu doenças, comportamentos e a sexualidade, estabelecendo, assim, controles, vigilância e estigmas. É a evidência da biopolítica (Foucault, 1988), quando o governo e a política controlam e administram a vida e a morte, através de dispositivos de poder que conformam legalmente e discursivamente o corpo dos governados, bem como as doenças a partir de concepções ideológicas. O autor afirma:

Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte. Talvez seja assim que se explique esta desqualificação da morte, marcada pelo desuso dos rituais que a acompanhavam, (...) Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais “privado” (Foucault, 1988:130)

Um vírus de dimensões microscópicas colocou em risco a tecnologia, o poderio militar, a produção da indústria farmacêutica, as pesquisas científicas e o funcionamento do mercado, além de evidenciar a fome, o desemprego, diferenças de classes e o poder da comunicação. A existência da pandemia acionou o medo em cada habitante do planeta e de governantes.

Há uma “ordem do discurso” (Foucault, 1996), onde é possível detectar a disputa por poder e verdade haja vista que as sociedades possuem “regimes de verdade” que determinam o funcionamento das instituições e criam regras e denominações sobre comportamentos, doenças e definem verdades. Nessa perspectiva, a pandemia de Covid-19 foi, também, adaptada a crenças e dúvidas sobre a origem do vírus e sobre os modos de prevenção e a vacinação. A desinformação contribuiu para a expansão do contágio considerando a falta de unidade e as contradições entre os discursos científicos, políticos, religiosos, econômicos. Esse processo ocorreu mesmo sendo as instituições científicas responsáveis pela verdade sobre os aspectos biológicos e sanitários inerentes, sem a ideologia e crenças populares que mobilizavam outras “verdades”. Assim, o medo do contágio e da morte esteve associado às dúvidas e incertezas dos jogos de poder e a circulação de (des)informação. Afinal, em quem acreditar: na ciência, no presidente, ou na comunidade religiosa?

A preocupação com os limites da vida e da morte parecem não caber na contemporaneidade e no modo de viver onde as soluções parecem restritas ao espaço das mídias digitais e tudo pode ser glamourizado na forma de pseudos afetos, felicidade maquiada e narrativas previamente formatadas. Zygmunt Baumann (2008) analisa a “liquidez desta era” sendo que em uma de suas obras, o “medo líquido” (2008) identifica o medo e a apropriação da morte, através do “estratagema da banalização” da morte e, conseqüentemente, do medo. Baumann (2008: 56) afirma que “há duas formas de se chegar a isso. Uma delas é a *desconstrução* da morte. A outra é sua *banalização*.” As duas formas foram estratégicas para o discurso negacionista sobre a pandemia enquanto a iminência da morte desequilibrava certezas

sobre o mundo desenvolvido. A *construção* e a *banalização* da morte ocorreram em discursos de autoridades políticas e religiosas que, provavelmente, viram no enfrentamento à pandemia, probabilidades de que a força de suas ações (governo) e crenças (religião e culturas) diminuísse. A negação do governo brasileiro à recomendação da ciência permitiu que esse não fosse responsabilizado por ações relacionadas a políticas públicas de saúde e à proteção constitucional dos cidadãos. As afirmações científicas também confrontaram crenças culturais sobre a prevenção de doenças e o uso de vacinas, assim como a religião foi usada no sentido de que poderes divinos protegeriam mais do que recomendações científicas.

Durante a pandemia, em estreito vínculo se configura a disputa entre a realidade, a verdade e mentira associadas à ciência e à política. Arendt (2007: 289) em reflexão sobre o “conflito entre verdade e política” contrapõe a verdade à opinião “equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder”. A autora ressalta, ainda, que “toda pretensão, na esfera dos assuntos humanos, a uma verdade absoluta, cuja validade não requeira apoio do lado da opinião, atinge na raiz mesma toda a política e todos os governos”.

A visibilidade do mundo mostrou tensões e disputas de poder entre o capitalismo, a tecnologia, o mercado e a sociedade. Mesmo em tempos de pandemia, as empresas fizeram uso da propaganda para mostrar seu investimento e os cuidados adotados, ressaltando a sua função social e abrindo espaço para uma espécie de populismo mercadológico. As tecnologias, ao mesmo tempo em que foram utilizadas em toda a sua eficácia contra o isolamento social, também mostraram o abismo entre classes sociais sem acesso a dispositivos que mediarão o ensino, por exemplo, assim como contribuíram para ampliar mentiras, preconceitos e a desinformação que geraram o medo.

A TRAMA ACONTECIMENTAL

A pandemia de Covid-19 é um acontecimento público internacional com ações e consequências próprias à cultura de cada país, mas dotado de práticas, repertórios e narrativas similares sobre a disseminação, tratamento, controle e negação do vírus que acionou conceitos e instituições no âmbito da biologia, saúde pública, tecnologia, política, economia, religião e das comunicações. Nessa direção, a pandemia pode ser entendida na complexidade de uma ‘trama acontecimental’ (Carnielli, 2021), urdida por um eixo político-comunicacional e formada por diferentes eventos, governos, instituições e processos responsáveis pelo controle ou disseminação do vírus Covid-19, através da circulação de informações vitais. Centenas de acontecimentos públicos em todo o mundo voltados ao reconhecimento, contágio, cuidados, vacinas e mortes formaram, teoricamente, essa trama acontecimental determinada por problemas e desafios comuns, embora com as diferenças políticas, geográficas e culturais, em muitos acontecimentos combinados, e outros isolados constituíram a a pandemia que pode ser entendida na complexidade dessa ‘trama acontecimental’ como define Carnielli (2021: 118), independentemente de localização geográfica, regime político, ou sistema econômico. O eixo político-comunicacional da trama estava situado na Organização Mundial da Saúde (OMS) e desencadeou eventos, programas, ações governamentais e científicas, assim como ações comunicacionais. A trama adquiriu força e foi sendo desenvolvida entre confrontos e acordos sobre as melhores decisões relacionadas ao contágio, à cura e contra a mortandade sem necessariamente considerar a paridade racional entre os interesses públicos e privados identificados nas decisões políticas, econômicas e sanitárias, específicas a cada país.

Configurada como um acontecimento público planetário, a pandemia de Covid-19 foi tão biológica quanto comunicacional. Essa primeira grande pandemia do século XXI extrapolou a configuração biológica e sanitária e demonstrou as complexidades próprias do jogo político, do poder do capitalismo, das culturas e da comunicação.

Como acontecimento público, a pandemia mobilizou o estado, mídias e a sociedade, desequilibrando rotinas, desafiando a ciência e exigindo operações estratégicas de comunicação sobre a identificação e sintomas da doença; ações de prevenção individuais e coletivas; funcionamento hospitalar; tratamento médico e investimento no processo de vacinação.

O maligno SARS-CoV-2 lembrou que nenhum país é suficientemente poderoso para controlar, sozinho, a morte causada por pandemias, mesmo com autossuficiência financeira. A OMS acredita que podem ter morrido em todo o mundo mais de 6,8 milhões de pessoas e 675 milhões de casos da doença de 2019 a janeiro de 2023². No Brasil, os registros apontam cerca de 700 mil mortes e mais de 36 milhões de casos. Para além dos registros, a posição do Brasil é um exemplo sinistro do enfrentamento da COVID, já que a governança esperada para proteger o país estabeleceu um embate com as autoridades científicas e com a mídia, a respeito de suas próprias concepções a respeito da doença, causando insegurança no país.

A pandemia se instalou no planeta e afrontou a humanidade num momento de grandes crises: o jogo entre democracia, autoritarismos e a submissão da democracia ao capitalismo; a crise econômica instaurada entre o lucro, a empregabilidade; a preocupação mundial com o meio ambiente e a crescente crise de valores com a relativização da verdade, da ética e o investimento ao hedonismo. A pandemia mostrou a humanidade amedrontada, colocada à deriva, mesmo com a mobilização que colocou as mesmas demandas para diferentes sistemas políticos e econômicos igualmente incapazes de responder.

Mesmo com o desenvolvimento tecnológico avançado no campo da biologia e da saúde pública que possibilitaram a produção e disseminação de vacinas, ainda não foi possível interromper o ciclo de letalidade do vírus. O contágio mostrou-se tão veloz quanto os

² Fontes: Our World In Data, The New York Times, Universidade Johns Hopkins, Wikipédia (<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>). Atualizado em 28 de fevereiro de 2023.

deslocamentos, transportes e a difusão de informações que desvelaram um mundo vulnerável e sem fronteiras políticas ou econômicas que detivesse o contágio. A pandemia desarranjou brutalmente as relações internacionais, a ordem científica, a ordem midiática e a sociabilidade, ao expor questões raciais, de gênero, classe e culturas associadas à política, ao mercado e ao preconceito. As decisões para salvar essa humanidade exigiram acordos para além das ideologias e interesses do mercado visando ações preventivas de combate efetivo a Covid-19, especialmente: estrutura física e equipamento hospitalar adequado; protocolos sanitários com isolamento e o uso de máscara; notificações, estatística sobre internações e ocorrência de mortes; qualificação de profissionais da saúde e na descoberta das vacinas, a sua comercialização e logística de aplicação.

Emerge desta ‘trama acontecimental’ – combinação de fatos e acontecimentos configurados como a Pandemia Covid-19 -, um complexo mapa de preservação da vida, no qual a informação tornou-se o mais importante dispositivo na medida em que a expansão ou recrudescimento do contágio dependiam de mídias, comunicados, discursos e da publicidade. A comunicação tornou-se instrumento vital realizando a mediação entre a doença e a sociedade; entre os discursos científicos e políticos. O reconhecimento do outro infectado, as imagens de correria aos hospitais, a necessidade de informações sobre medicação e atendimento indicavam a importância de governantes na orientação dos governados.

Os processos de contágio, proteção e combate ao vírus Covid-19, ao mesmo tempo em que obrigou os países a estabelecerem protocolos sanitários comuns, trouxeram à tona interesses políticos e econômicos capazes de alterar ações em benefício da vida. Foi possível avaliar o grau de importância que os governantes deram à vida de seus governados, também através de suas performances discursivas onde os limites entre a verdade e a mentira foram borrados. A acessível tecnologia midiática - que abrange tanto as mídias convencionais (rádio, televisão, jornais) quanto as mídias digitais -, determinam novos protocolos de comunicação e novas sociabilidades -, contribuiu tanto

para a credibilidade do discurso científico (especialmente através da imprensa), quanto para a difusão do negacionismo sobre a pandemia.

NO BRASIL, A LÓGICA PERVERSA

No Brasil, a ‘trama acontecimental’ que configura a pandemia de Covid-19 foi forjada nos embates éticos, jurídicos políticos, econômicos, comunicacionais com o protagonismo da presidência da república, cujas ações e discursos quebraram a unidade das informações e ampliaram o contágio e a morte, em direção oposta às recomendações da OMS e da ciência. As orientações científicas convergiam e alertavam governos, instituições e a população mundial indicando a prevenção e a proteção, através de máscaras, resguardos, *lockdown*, isolamento, tratamentos e o uso das vacinas. No Brasil, entretanto, a ciência foi colocada sob suspeição conforme o discurso negacionista do presidente Jair Bolsonaro, que submeteu os órgãos governamentais de saúde a suas decisões; criou uma crise político-sanitária com governadores e uma crise institucional entre os três poderes da república (Executivo, Legislativo e Judiciário), sempre a partir da sua particular compreensão sobre a epidemia, contágio e efeitos.

A ordem republicana brasileira foi desestabilizada devido à sobreposição de interesses privados sobre interesses públicos. O avanço do vírus não impediu disputas políticas e econômicas sobre a eficácia de ações e remédios, bem como distorções estatísticas. As políticas públicas e a burocracia governamental, trouxeram à tona problemas de logística, de recursos, de controle e descaso. A administração direta da pandemia dependia, evidentemente, do Ministério da Saúde e ali começava a disputa entre as exigências presidenciais e as ações voltadas à saúde pública; entre os interesses dos governantes de 26 estados brasileiros e de cerca de 215 milhões de brasileiros. Um dos indicadores deste processo é que durante o primeiro ano da pandemia (2020/2021) o governo Bolsonaro mudou quatro vezes seus ministros da saúde, especificamente, Luiz Mandetta (20/11/2018 a 1/1/2019), Nelson Teich

(16 e 17/04/2020) , Eduardo Pazuello (15/5/2020 a 14/3/2021) e desde 23/03/2021, até a escolha do de Marcelo Queiroga (2021-2022).

Sob o embate entre a ciência, a política e a imprensa, a vida dos brasileiros foi ameaçada e a proteção constitucional não foi executada. Ao contrário, a proteção ao interesse público como princípio democrático foi substituída pela defesa de interesses privados e definições particulares sobre a pandemia e a Covid-19. O Brasil foi palco de um exercício de poder relacionado ao deslocamento de verdades e mentiras, totais ou parciais, que colocaram sob suspeita as ações governamentais.

Ao adotar e difundir soluções e prescrições particulares, o governo Bolsonaro contrariou a ordem internacional científica, as recomendações de prevenção e as medidas sanitárias capazes de proteger vidas. O descontrole sobre a prevenção ficou evidente, mas hospitais de todo o país mantidos pelo SUS - Sistema Único de Saúde, criado em 1990, ofereceram acesso e atendimento gratuito a todos cidadãos. O SUS é internacionalmente conhecido por chegar a todos os recantos do Brasil e ter uma rede de vacinação eficaz. Como afirmam Baumgarten e Weber (2021), o SUS tão criticado pelo governo federal, provavelmente tenha salvado o país de uma catástrofe ainda maior. As autoras ressaltam a necessidade de políticas de comunicação para a saúde pública, conforme ficou evidente na pandemia de Covid-19:

Uma política de informação em saúde pressupõe dois eixos básicos e necessariamente integrados: 1) produção e sistematização de informações, possibilitando o conhecimento das reais condições de saúde da população abrangida e 2) divulgação/comunicação, ou seja, informação que promove o conhecimento por parte da sociedade e dos profissionais da área sobre as condições de saúde, a oferta de serviços, uso adequado dos recursos e direitos do cidadão, viabilizando o controle social sobre a gestão e sobre a qualidade dos serviços. (Baumgarten e Weber, 2021: .10)

Muitos acontecimentos, ações e discursos marcaram a política perversa adotada pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)

para o tratamento da pandemia no Brasil e aqui sintetizamos dois eventos: a questão técnica e a responsabilidade sobre equipamentos e medicamentos na rede pública de hospitais e a falta de oxigênio em Manaus (janeiro de 2021) e o embate entre os poderes com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Covid-19 no Senado Federal instalada em abril de 2021. A título de exemplificação, serão relacionados também, excertos do discurso presidencial para completar o cenário de tensões que ampliou o medo, o contágio e as mortes.

FALTA DE OXIGÊNIO EM MANAUS

A falta de oxigênio nos hospitais em Manaus³ é o primeiro exemplo e diz respeito ao colapso no atendimento à cidadãos internados com Covid-19, por falta de oxigênio que causou mais de 60 mortes e exigiu remoção de pacientes para outros estados. O auge da crise foi em 14 de janeiro de 2021, quando as imagens mostravam o desespero dos familiares nas filas em busca de oxigênio. Segundo relatório da Procuradoria Geral da República (PGR), o Ministério da Saúde foi informado no dia 8 de janeiro sobre a iminente falta de oxigênio, pela empresa White Martins. Esta crise foi relacionada à falta de entendimento entre as autoridades municipais, estaduais e federais, tendo origem na decisão do governador Wilson Lima que decretou em 23/12/20 o fechamento do comércio e a proibição de eventos comemorativos e foi criticado pelo presidente, enfrentou protestos e bloqueio da cidade até que revogou o decreto. Em meio à crise, entre os dias 11 e 13 de janeiro, o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello esteve em Manaus, mas com objetivo de promover o tratamento precoce contra a Covid-19 com

³ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml> Acessado em 24 de agosto de 2022.

remédios como a Cloroquina e a Ivermectina, sem eficácia comprovada e condenados pela ciência.

Em decorrência da crise de abastecimento de oxigênio no estado, ainda em janeiro - auge da pandemia de Covid-19 -, a Justiça do Amazonas processou o ex-ministro Eduardo Pazuello e outras cinco pessoas, mas ambos foram absolvidos. As investigações do Ministério Público e da Defensoria Pública registraram as mortes e a transferência de mais 500 pacientes para hospitais em outros estados, sendo que autoridades públicas e empresas privadas foram alvos de ações judiciais, especialmente, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid, instalada no Senado Federal. Há processos em andamento na Procuradoria-Geral da República, Ministério Público Federal, Ministério Público do Amazonas, Defensoria Pública.

A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

O segundo acontecimento foi a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)⁴ da Covid-19, em 13 de abril de 2021, no Senado Federal após a decisão do Supremo Tribunal Federal. A CPI foi, especialmente, consequência de denúncias sobre a condução do governo em relação à pandemia e o cumprimento da constituição; de problemas sobre a compra de vacinas e sobre o aumento de mortes, dentre outros aspectos. O trabalho dos senadores durou cerca de seis meses, totalizando 67 reuniões, mais de 500 requerimentos e 190 quebras de sigilo.

A CPI foi transmitida em tempo real pela TV Senado e expôs as entranhas do poder, denúncias de prevaricação, corrupção, participação

⁴ Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, no Senado Federal coordenada pelos senadores: Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Renan Calheiros (MDB-AL). (<https://www12.senado.leg.br/noticias/destaques/SenadoContraCovid19/pagina/1>)

indevida de consultores junto à presidência, problemas de atendimento em instituições particulares e o descaso com a saúde e procedimentos destinados a preservar vidas. Servidores públicos, empresários e técnicos testemunharam os bastidores do descaso, enquanto o país assistia à disputa política ali travada e aos depoimentos de vítimas e familiares.

O relatório final da CPI⁵ solicitou o indiciamento de duas empresas e 78 pessoas, incluindo os ex-ministros da Saúde Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello, e do então presidente Jair Bolsonaro. Este foi acusado formalmente de crimes de prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade⁶. O relatório foi entregue à Procuradoria Geral da República para providências, mas esta requereu o arquivamento da maioria das denúncias ao Supremo Tribunal Federal. Os senadores integrantes da CPI apresentaram petição ao Supremo Tribunal Federal para que o pedido da PGR seja rejeitado e que o então presidente seja responsabilizado pelas denúncias do relatório. Ainda sem decisão.

Os senadores, em ato simbólico, entregaram o Relatório Final, também, ao Tribunal Penal Internacional de Haia (Holanda)⁷.

5 O relatório completo da CPI: <file:///C:/Users/Fernando%20PC/Downloads/Relatorio%20Final%202020.10%2017h30.pdf>

6 A CPI e o presidente Jair Bolsonaro: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>

7 Entrega do Relatório da CPI ao Tribunal de Haia, em janeiro de 2022: <https://www.poder360.com.br/justica/tribunal-de-haia-recebe-relatorio-da-cpi-da-covid/>

A POSTURA DO PRESIDENTE

O comportamento e os pronunciamentos do então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro indicaram a adoção de uma perspectiva negacionista em relação à pandemia. A análise sobre as estratégias da governança populista do governo, assim como a sua comunicação

baseada na desinformação forma um dos eixos da obra de Yvana Fechine e Paolo Demuru (2022). Especificamente, em relação ao comportamento do ex-presidente Bolsonaro, durante a pandemia, afirmam:

O modo como Bolsonaro defendeu com êxito suas posições durante a pandemia está intrinsecamente associada ao fazer crer próprio da manipulação que, operando em conjugação com os demais regimes, é o ponto de partida e de chegada da sua estratégia política. Diante de uma situação tão extraordinária, como uma pandemia, o fazer persuasivo não se sustenta apenas no raciocínio argumentativo inerente a um exercício retórico, mesmo quando este é sustentado pela desinformação. (Fechine e Demuru, 2022: 153)

Em 24 de março de 2020, o então presidente Jair Bolsonaro se dirigiu ao país, pela primeira vez, para abordar a pandemia de Covid-19, em cadeia nacional de rádio e televisão. De acordo com a pesquisa de Pinheiro (2021) em cinco minutos acusou a imprensa por incitar

o pânico, criticou o isolamento social, argumentando que “a doença só seria fatal a idosos e grupos de risco”; criticou governadores e prefeitos que decretaram lockdown; apelou para que “todos voltassem à normalidade para salvar empregos”; defendeu o uso do medicamento Hidroxicloroquina; agradeceu aos profissionais de saúde e finalizou dizendo que “acreditar que Deus capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença”.

Como registra, ainda, Pinheiro (2021) o ex-presidente associou a religiosidade à crise sanitária, e com o apoio de “34 pastores das principais Igrejas evangélicas neopentecostais”, convocou a população cristã para um “jejum santo”, no dia 5 de abril de 2020, para o fim da pandemia. Nesta cruzada religiosa, o ex-presidente contou com o

poderoso discurso do pastor Silas Malafaia⁸ que em seu canal do youtube defendeu Bolsonaro, atacando seus ditos inimigos, especialmente a imprensa. Sobre a pandemia, o pastor “publicou 41 vídeos, sendo 21 contra a imprensa, incluindo a sequência 30 segundos para você não ser manipulado pela imprensa”, registra Pinheiro (2021: 151).

Sob o governo do então presidente Jair Bolsonaro, no Brasil, a abordagem da pandemia contrariou o mundo, estabelecendo um debate perverso que contrapôs a ciência e a saúde à política privada, à religiosidade e ao misticismo, através de posicionamentos negacionistas e defesa de remédios não recomendados. O povo brasileiro ficou à deriva entre o discurso científico com extensa cobertura midiática e o discurso do presidente, que proclamou seu próprio entendimento sobre a periculosidade do vírus, sistemas de prevenção, medicação e vacinas. Ampliou a dúvida e a insegurança da população com discursos ambíguos e a ostensiva divergência em relação a recomendações sanitárias. Pode-se falar na perversidade do discurso e das ações do governo que provocaram, naturalmente, insegurança na população, na medida em que o posicionamento do então presidente contrariou recomendações da OMS; desqualificou o discurso de cientistas; dedicou-se à promoção do “kit preventivo” (Cloroquina, Hidroxicloroquina e Ivermectina) sem comprovação da OMS; provocou aglomerações sem o uso da máscara; condenou imprensa por “incitar o pânico”; estabeleceu confrontos com governadores, com o poder Judiciário e o Poder Legislativo.

A pandemia no Brasil expôs um governo que contrariou a constituição e a representação que lhe foi atribuída por voto, ao duvidar da gravidade da doença, ao criar seu próprio receituário, contradizer orientações internacionais e escolher como inimigos a imprensa e os cientistas empenhados na divulgação de esclarecimentos e informações. O compromisso de um governo republicano de defender o interesse

⁸ Silas Malafaia é um dos pastores evangélicos mais importantes do mundo e há 19 anos apresenta programa de evangelização na televisão transmitido em emissoras do Brasil, Estados Unidos, Europa e África, além de atuação e redes sociais.

público não foi executado pelo então governo de Jair Bolsonaro que optou por uma versão particular da pandemia.

O Brasil confirmou o primeiro caso da doença em 26/02/2020 e a primeira morte ocorreu em 17 de março. A seguir relaciono excertos de manifestações do então presidente Jair Bolsonaro que demonstram o descaso atribuído à Covid-19 bem como o distanciamento em relação à sua responsabilidade constitucional sobre a proteção da população. Os excertos⁹ dos discursos foram relacionados à data e ao número de mortes na ocasião, especificamente:

a) sobre o vírus e a pandemia

- “Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas”. Afirmação durante viagem aos Estados Unidos.

(9/3/2020 - nenhuma morte).

- Presidente diz que o Brasil tem que deixar de ser 1 país de “maricas” (termo pejorativo para se referir a homossexuais). Afirmou ainda que a pandemia de coronavírus era superdimensionada e que a “Geração hoje em dia é Nutella¹⁰”.

(10/11/2020 - 162.829 mortes).

- Presidente disse, em entrevista à Gazeta Brasil, que a “Ômicron é bem-vinda” e que “dizem [que a ômicron] até que seria um vírus vacinal. Deveriam até... Segundo algumas pessoas estudiosas e sérias —e não

⁹ Trinta declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre a doença Covid-19, de acordo com a mídia Poder 360 (site <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>), acessado em 25 de agosto de 2022. De minha autoria a nova grafia das datas e a inclusão de parênteses na citação do número de mortos.

¹⁰ ‘Geração Nutella’ é o apelido que tem origem na marca de creme de avelã e é atribuído à geração mais reprimida, superficial e comportada que cresceu ou nasceu durante os anos 2010.

vinculadas à farmacêuticas —dizem que a ômicron é bem-vinda e pode sim sinalizar o fim da pandemia”.

(12/1/ 2022 620.371 mortes).

⁸ - Presidente afirmou, em duas ocasiões, que não seria uma “gripezinha” que o derrubaria depois de ter sido esfaqueado nas eleições de 2018.

(20 e 24 /3/2020 - 11 mortes)

b) sobre o contágio

- Presidente afirma que o “brasileiro pula em esgoto e não acontece nada” e, por isto, o brasileiro precisa ser “estudado” porque é capaz de pular “no esgoto”.

(26/3/2020 - 77 mortes)

- Presidente declara durante entrevista que revelou ter testado positivo para Covid-19, que uma grande parte da população seria infectada porque “É como uma chuva, vai atingir você”.

(7/7/2020 - 66.741 mortes)

- Presidente afirma em live nas redes sociais que já se considerava imunizado por ter contraído a Covid-19 e que “todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou vírus para valer”.

(17/6/2021 - 496.004 mortes).

c) sobre as mortes

- Presidente comenta sobre o recorde de mortes: “E daí, lamento. Quer que eu faça o quê?” e acrescenta “ Sou Messias [seu nome do meio], mas não faço milagre”.

(28/4/2020 - 5.050 mortes).

- Bolsonaro diz a uma apoiadora que pedia uma palavra de conforto para as famílias em luto: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”.

(2/6/2020 - 31.199 mortes)

- Presidente disse, em entrevista aos alemães Vicky Richter e Markus Haintz, ligados à direita radical, que o “Covid apenas encurtou por alguns dias ou algumas semanas a vida das pessoas que tinham comorbidades”.

(8/9/ 2021 - 584.421 mortes).

- Presidente afirmou, em conversas com jornalistas em Eldorado (SP) que o número de mortes de crianças por covid era “insignificante” e disse: “lamento profundamente, mas é um número insignificante” porque “tem que levar em conta se elas tinham comorbidade também”.

(22/1/ 2022 - 622.801 mortes)

d) sobre a medicação

- Presidente aconselha o uso de medicamentos não autorizados pela OMS e faz trocadilho, em entrevista ao jornalista e blogueiro Magno Martins. As pessoas identificadas com a direita, devem usar cloroquina, enquanto os de esquerda devem “tomar tubaína”. (19/5/2020 - 17.971 mortes)

- Presidente criticou, em conversa com apoiadores, o projeto de lei 399 que previa ampliar o cesso a medicamentos à base de Cannabis. Afirmou que falar de cloroquina no Brasil era crime, mas falar em maconha é legal”.

(14/5/2021 - 432.628 mortes)

- Presidente defendeu medicamentos em a eficácia comprovada e afirmou que “nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina”.

(9/6/2021 - 479.515 mortes)

- Presidente disse a apoiadores que “se tivesse coordenado a pandemia da Covid, com a adoção do tratamento precoce, o número de vítimas da pandemia seria menor”, referindo-se ao tratamento sem comprovação científica.

(24/7/ 2021 - 549.448 mortes)

e) sobre as vacinas

- Presidente reafirmou que é contrário à vacinação obrigatória contra Covid-19 e se referindo à vacina da Pfizer e ao contrato no qual a empresa não se responsabiliza por possíveis efeitos colaterais causados pelo imunizante, disse: “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso” e “se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso”.

(17/12/2020 - 184.827 mortes)

- Presidente refere-se à vacina Coronavac e diz que “não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí”, mas o imunizante tinha eficácia global de 50,4%, segundo o Instituto Butantan.

(22/1/2021 - 215.243 mortes)

- Presidente declara em suas redes sociais que “o cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil” justificando que “quando eu falei remédio lá atrás, levei pancada. Nego bateu em mim até não querer mais”. Entrou na pilha da vacina” e afirma que “devemos ter várias opções”.

(11/2/2021 - 236.201 mortes)

- Em conversa com apoiadores em Uberlândia, o presidente criticou a compra de vacinas contra a Covid-19 pelo governo federal que havia editado medidas provisórias para destinar R\$ 20 bilhões para compra de vacinas. O presidente disse : “Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe”.

(4/3/2021 - 260.970 mortes).

- Presidente declara em suas redes sociais que está “melhor que o pessoal que tomou CoronaVac” e voltou a criticar a eficácia da vacina afirmando que “Falei que meu IgG está 991. Eu estou muito bem, melhor que o pessoal que tomou CoronaVac. Melhor não”.

(2/9/2021 - 581.914 mortes)

- Presidente declarou em suas redes sociais que há “muita gente de esquerda” desejando a sua morte e completa que “se quer a minha morte, por que fica querendo exigir que eu tome a vacina? Deixa eu morrer, problema é meu”.

(2/12/2021 - 615.179 mortes)

- Presidente se manifesta sobre a vacinação em crianças e afirma que “não tá havendo morte de criança que justifique” a “medida emergencial”. Na ocasião, afirmou, também, que é o “pai que decide em primeiro lugar”.

(24/12/ 2021 - 618.392 mortes)

- Presidente questionou, durante entrevista à TV Nordeste, o interesse da Anvisa na aprovação de vacinas pediátricas da Pfizer contra a Covid-19: “Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí?” e “qual o interesse das pessoas taradas por vacina?”

(6/1/2022 - 619.641 mortes)

f) sobre a economia

- Presidente afirmou que “O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada” e completou: “Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, teve esse vírus potencializado pela mídia que nós temos, pela mídia sem caráter que nós temos”.

(5/1/2021 - 197.777 mortes)

- Presidente declara a apoiadores sua opinião sobre manifestação organizada no dia 15 de maio que “O agro realmente não parou. Tem uns idiotas aí, o ‘fique em casa’. Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa. Se o campo tivesse ficado em casa, esse cara tinha morrido de fome, esse idiota tinha morrido de fome”.

(17/5/2021 - 436.537 mortes)

- Presidente reclamou durante evento organizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) da sugestão da Anvisa de implantar o passaporte vacinal nas fronteiras do país e disse: “Quer fechar de novo, porra?” e complementa que “estamos trabalhando agora com a Anvisa, que quer fechar o espaço aéreo. De novo, porra? Ah, a ômicron. Vai ter um montão de vírus pela frente, de variantes talvez”.

(7/12/2021 - 616.018 mortes)

- Presidente afirmou em evento no Palácio do Planalto que o passaporte vacinal era uma coleira que queriam impor no Brasil. “Cadê nossa liberdade? Prefiro morrer do que perder minha liberdade” e que querem botar coleira no povo brasileiro”.

(7/12/2021 616.018 mortes)

g) sobre a CPI da COVID

- Presidente critica a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid no Senado, em evento com empresários em Santa Catarina, afirmando que “tapetão por tapetão sou mais o meu”.

(25/6/ 2021 - 511.142 mortes)

Essas declarações – e muitas outras - foram criticamente divulgadas pela imprensa, mas também, amplamente difundidas nas suas redes sociais e apoiadores. A circulação duvidosa de narrativas pessoais e políticas ganhou espaço devido ao isolamento imposto e isto reforçou uma das características da nova sociabilidade abrigada nas redes: a disseminação (ir)responsável de informações públicas e privadas que permite visibilidade, autoriza a vazão de ressentimentos e sugere empoderamento individual.

Um governo democraticamente eleito tem o compromisso de tornar públicos atos e políticas voltadas à resolução de problemas (como a pandemia), defender o interesse público, em discursos que obedeçam à verdade e promover o debate público, qualificado e participativo propiciado pela internet e os meios de comunicação convencionais.

Entretanto, a comunicação do então Governo Bolsonaro contrariou a democracia, posto que esta comunicação foi direcionada às redes privadas do ex-presidente que promoveu seus próprios interesses e concepções sobre a pandemia e estas não coincidiram com o interesse público, no caso da pandemia. As estratégias de comunicação desse governo foram direcionadas à promoção da dúvida e do medo e segundo Weber (2021) trançam uma “perversa narrativa presidencial”:

Pode-se identificar uma estratégia perversa por parte do governo federal, na sua retórica ambígua sendo que a sociedade é submetida à exposição de brigas intestinas da burocracia governamental; a encenações dramáticas do presidente Bolsonaro nas ruas e em lives; a confrontos com governadores, prefeitos e com os poderes legislativo e judiciário; à negação da ciência em nome da magia, da religião, do mercado e, especialmente, na demonstração da sua incapacidade de conduzir o governo para soluções relacionadas à Pandemia (Weber, 2021: 33-34).

Historicamente, a política se vale da manipulação de verdades e da persuasão, por ilusão ou medo. Neste sentido Leitão (2000:138) aborda a “função política do medo” e em analogia com “O príncipe” de Maquiavel, ressalta que “o príncipe moderno não se utiliza primordialmente do mito e da superstição, para inscrever o medo no inconsciente coletivo. Esse trabalho é executado pela política eletrônica cujo funcionamento inclui, subliminarmente, o medo.” É possível traduzir por uma política digital e associar às redes ocupadas pelo presidente do Brasil, que atinge cerca de 50 milhões de seguidores nas mídias do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e TikTok¹¹

¹¹ Acessado em 03/09/2022: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-tem-50-milhoes-de-seguidores-nas-redes-sociais-lula-17-milhoes/>

A postura do então presidente Bolsonaro, durante a pandemia, e o elevado número de mortos indicam o descaso com que a pandemia foi tratada no âmbito das políticas públicas federais; indicam o desrespeito à população e à imprensa e mostram o escárnio para com os direitos humanos.

UM HIATO À COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Como foi ressaltado, a comunicação do presidente Bolsonaro, não respeitou os princípios da democracia em defesa do interesse público, proferindo discursos negacionistas e amedrontadores. Este comportamento contraria os princípios da comunicação pública, conceito normativo diretivo da comunicação governamental e das instituições públicas nas democracias.

A insurgência da Covid-19 expôs o poder da comunicação em todas as suas dimensões discursivas, midiáticas e tecnológicas, sendo que o isolamento social ativou outras formas de relações que fortaleceram as mídias digitais. Neste espaço foram abertos espaços também para encontros solidários e o debate público, além das usuais disputas de poder e vaidades. Sob essa perspectiva é possível identificar ações relacionadas à comunicação pública, a comunicação inerente ao Estado democrático, normativa ao processo comunicacional desencadeado por governantes e dirigentes de instituições públicas, bem como a comunicação da sociedade em debate público na defesa de suas demandas.

A ‘trama acontecimental’ constitutiva da Pandemia de Covid-19 está necessariamente permeada pela comunicação pública, seja na operacionalização do conceito pelas instituições públicas e a sociedade, ou pela sua ausência e deturpação como expresso no discurso presidencial, na circulação de *fake news* e na desinformação que ferem a ética das relações e dos discursos. Nesse sentido e considerando a comunicação pública como indicativa da qualidade das democracias

(Weber, 2017), pode-se inferir a baixa qualidade da democracia brasileira.

A pandemia como tema de interesse público de múltipla complexidade, atraiu disputas discursivas em torno da verdade e da mentira; da insegurança e do medo; da ciência e do negacionismo, e como acontecimento causou desequilíbrio obrigando instituições políticas e governamentais, organizações científicas e econômicas, meios de comunicação, convencionais e digitais a tomarem posição e redimensionar a sua natureza pública. Assim é possível identificar o fortalecimento da sociabilidade digital, a alteração das relações de trabalho, a ampliação de métodos educacionais e as novas formas de acionar o debate sobre temas de interesse público.

Durante o auge da pandemia no Brasil, a sociedade organizada e as instituições públicas não se renderam às perversas estratégias adotadas pela governança e inúmeros debates e mobilizações puderam ser identificados neste período. A tecnologia digital e as redes permitiram ampliar debates científicos, culturais, artísticos, educacionais, políticos e econômicos. A imprensa pode recuperar a sua função de mediação em defesa do interesse público, ao capturar e difundir informações sobre a pandemia e abrir espaço para especialistas e cientistas. As universidades falaram com a sociedade, organizaram aulas públicas e compartilharam saberes, na abordagem de temas em toda a sua diversidade, lotando as salas virtuais. Milhares de pessoas passaram a ter acesso à universidade, aos debates e a pensadores, num processo de excepcionalidade e aprendizagem.

Três acontecimentos foram recuperados como referências para esse capítulo e traduzem a defesa do interesse público inerente à comunicação pública: (a) o *debate público* digital entre academia e a sociedade protagonizado pelos atores do campo científico e acadêmico; (b) a retomada do papel de *mediação da imprensa*, dando visibilidade permanente às análises de cientistas e especialistas, e (c) a criação e operações do *Consórcio de Imprensa*.

O DEBATE PÚBLICO ENTRE ACADEMIA E A SOCIEDADE

As narrativas das redes digitais ao mesmo tempo em que individualizaram e ficaram submissas a discursos de poder na produção de *fake news*, também demonstraram sua potência na veiculação de discursos em confronto com os discursos negacionistas, valorizando atitudes de prevenção e a vacinação. A pandemia de Covid-19 obrigou o confinamento e a interrupção de processos de sociabilidade direta como aqueles inerentes à educação e à pesquisa. Neste sentido, as salas de aula e laboratórios foram fechados, os alunos mantidos em suas casas e uma parte da população mais privilegiada - porque não precisava sobreviver e sair em busca de trabalhos e algo para comer -, passou a frequentar o mundo através de seus dispositivos digitais.

Para além das aulas, as plataformas digitais serviram ao debate público, também, sobre temas em geral restritos à universidade e sobre questões relacionadas à crise sanitária mantida pela pandemia. De 2020 a 2022, centenas de temas foram trazidos à tona e debatidos em transmissões ao vivo, em centenas de *lives* digitais – *live streaming* – acessíveis pelos mais diferentes dispositivos. Intelectuais, cientistas e professores, pesquisadores e especialistas saíram de suas salas, compartilharam suas publicações e foram a público contribuir para decifrar este estranho tempo, suas misérias e saberes.

Nesse debate científico-acadêmico foram realizados congressos e reuniões independentemente da complexidade dos temas, invertendo o tempo, reunindo pesquisadores de diferentes países e criando outros modos de participação. Milhares de opiniões, textos e críticas circularam neste período, ratificando a importância da ciência na pesquisa e no ensino. Mesmo desvalorizadas e ironizadas pelo governo federal, as universidades públicas compartilharam com a sociedade seus saberes em respeito ao interesse públicas e à função pública da sua comunicação.

Exercendo seu ofício, pesquisadores escreveram, em cima da hora e contribuíram para a compreensão da Covid-19 com os desafios políticos, econômicos e comunicacionais que demarcaram eventos e

acontecimentos da ‘trama acontecimental’ constitutiva da pandemia Covid-19. Estudos e reflexões mostram o impacto do vírus para o pensamento comunicacional, como o dossiê da Associação Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política, denominado *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*¹² e a obra “COVID-19: comunicação, negacionismo e responsabilidade social” que reuniu diferentes textos que traduzem o desafio da imprensa para realizar a cobertura sobre a pandemia.

A MEDIAÇÃO DA IMPRENSA

Diante do impacto dos acontecimentos (trama acontecimental) da Pandemia de Covid-19, os meios de comunicação convencionais (rádio, tv, periódicos jornalísticos) e as mídias digitais abriram espaço para notícias e questões relacionadas, bem como veicularam anúncios de empresas e instituições sobre prevenção e sua participação em prol da vida. Evidentemente, que organizações do mercado, direta e indiretamente relacionadas à área da saúde, também divulgaram suas ações, repletas de boas intenções e associando a sua imagem pública a bondades mercadológicas. Investiam, assim, numa rara e eficaz combinação publicitária, ou seja, produtos e serviços associados a ações para o bem e para a saúde do cidadão e, ao mesmo tempo, um potencial consumidor de seus produtos e serviços. A pandemia convocou o mercado a exercer sua responsabilidade social, ao mesmo tempo em que foi acionado o populismo mercadológico e em meio a esse processo, o cidadão pode ser beneficiado.

¹² O dossiê *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões* editado pela Compolítica. (http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf)

A imprensa brasileira, por outro lado, retomou e valorizou sua função pública e o exercício jornalístico exigido pela gravidade da pandemia, em nome do interesse público tantas vezes relegado (Sartor, 2016). Espaço, tempo, texto e imagem foram ocupados por informações, críticas e depoimentos voltados à compreensão do perigo da Covid-19. Da falta de perspectivas, em 2020, à aplicação de vacinas, a partir de 2021, o papel da imprensa foi determinante no cumprimento da pauta pandemia, que se impôs sobre quaisquer notícias e beneficiou a sociedade, o país, o mercado e a busca pela audiência.

Cabe ressaltar três exemplos vinculados ao Jornal Nacional (Rede Globo), jornal de maior audiência no país, atingindo diariamente milhões de pessoas¹³, que realizou surpreendentes mudanças na sua linha editorial. O primeiro de ordem estética, quando em 9/5/2020, os apresentadores encerraram a edição do JN fazendo referência às 10.627 pessoas mortas neste dia. Como descrevem os autores Siqueira, Freire e Souza (2021:99), na sequência “em silêncio, sem a trilha sonora característica, e com o cenário numa penumbra, revela-se em um telão, ao fundo da redação, a imagem de um pedaço cinzento da bandeira brasileira com o número de vidas perdidas no país até aquela data”. Alguns dias depois, o JN inaugurava uma tela com os rostos de vítimas que eram substituídos, diariamente.

O segundo movimento do JN foi na produção de conteúdos (entrevistas e depoimentos) centrados em instituições e atores diretamente relacionados a ações benéficas durante a pandemia, no quadro Solidariedade S/A, a partir de 14/4/2020. Durante alguns meses, o espaço veiculou reportagens e entrevistas com empresários em iniciativas solidárias vinculadas à pandemia, mostrando a marca das empresas e os valores investidos. A visibilidade neste privilegiado

¹³ Atingindo milhões de pessoas diariamente o Jornal Nacional foi criado em 1969 vinculado à TV Globo (1957) e com o jornal O Globo (1925) e a Rádio Globo (1934) formam uma das maiores redes de comunicação do mundo, a Rede Globo.

espaço no JN, provavelmente superou o valor de uma campanha publicitária. Além disso, essas empresas fizeram circular suas próprias campanhas e anúncios na mídia brasileira.

A valorização dos profissionais da saúde envolvidos no combate à pandemia e nos cuidados da população pelo JN é o terceiro exemplo. Denominado “Aqui Dentro”, o quadro foi apresentado de maio a outubro de 2020 com alto índice de dramaticidade e comoção (Siqueira, Freire e Souza, 2021: 102), pois os chamados profissionais da “linha de frente” de aparência esgotada, alguns contaminados, com rostos marcados pelas máscaras, contavam dos problemas enfrentados com a doença com a falta de espaço e de profissionais, assim como da relação com os pacientes. Os vídeos eram gravados pelos próprios profissionais, aumentando a dramaticidade já que “a intenção era comover o público” segundo Siqueira, Freire e Souza (2021: 103), nessa narrativa que apresentava “heróis” e a luta “contra o vírus foi evidenciada”.

O CONSORCIO DE IMPRENSA

A pandemia exigiu estatísticas corretas e a publicidade de informações para orientar a população, os sistemas de saúde e dar visibilidade aos inúmeros fatos e eventos da ‘trama acontecimental’ da pandemia no mundo. No Brasil, inicialmente estes dados foram divulgados diariamente e comentados por entrevista coletiva, no Ministério da Saúde. No entanto, decisões governamentais geraram a ausência de transparência e ocultação de informações e a falta de rotina na divulgação dos dados. A interrupção deste serviço impediu que governos, órgãos de saúde, imprensa e a população acompanhassem a evolução e a gravidade da doença. O portal do Ministério da Saúde ficava muitas horas fora do ar, sem opção para *download* dos dados, ou histórico com a evolução da pandemia no país.

As estatísticas populacionais e dados sociais são geridas pela administração pública com metodologias específicas para acesso e divulgação pública. O Estado detém o poder de compilar, analisar

e divulgar dados e, especialmente, na pandemia eram essenciais à compreensão e ao controle da doença. Este poder foi exercido pelo governo brasileiro que interrompeu o acesso e a divulgação de dados por problemas atribuídos a tecnologia, prejudicando o trabalho da imprensa e borrando a transparência na gestão da pandemia Covid-19 no país. Este comportamento gerou um embate e uma ação empresarial inédita na história da imprensa brasileira. Em 9/6/2020 foi criado o Consórcio de Imprensa integrado pelos mais importantes veículos de comunicação do país: Globo, portais G1 e UOL e os jornais Extra, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. O Consórcio passou a buscar informações diretamente com os estados, divulgando-os diariamente e assumindo um posicionamento político explícito ao desafiar o Governo Federal, expondo sua incompetência, irresponsabilidade e a falta de transparência na divulgação de informações vitais.

A imprensa ratificava a sua função social atendendo ao interesse público, na difusão de informações para o combate ao coronavírus e a criação do Consórcio de Imprensa visou a manutenção desta função. Como afirmam Brenol e Weber (2021):

A cobertura jornalística da pandemia mundial de Covid-19 no Brasil foi marcada por uma disputa entre a detenção, acesso, apropriação e a difusão de dados sobre saúde relacionados à prevenção e ao controle da doença. Os repórteres expuseram em seus textos limitações encontradas no processo de apuração de dados. Essa situação trouxe à tona questões relacionadas à responsabilidade do Estado democrático sobre a saúde pública; políticas de transparência pública; direito à informação; a dependência do jornalismo em relação a fontes oficiais e as estratégias de ocultação de informações vitais à população (Brenol e Weber, 2021: 1).

O trabalho do Consórcio de Imprensa se estendeu até 28 de janeiro de 2023 e recebeu inúmeros prêmios de associações brasileiras e chegou a finalista ao Sigma Awards, prêmio internacional de jornalismo de dados.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

A pandemia de Covid-19 é uma ‘trama acontecimental’ mundial que ainda vem sendo tecida entre os interesses públicos e privados, entre a propaganda e a informação trazendo à tona as idiosincrasias políticas, econômicas e culturais dos países, bem como a vulnerabilidade humana diante de doenças desconhecidas e oportunistas. A ciência e as sofisticadas tecnologias não estão ainda preparadas para salvar a humanidade.

Neste artigo, abordei a pandemia analisada sob a perspectiva político-comunicacional, ressaltando a importância da imprensa, das mídias convencionais e das redes digitais, na difusão das informações necessárias ao interesse público e em defesa da população numa crise sanitária desta magnitude. O artigo também apresenta os equívocos da governança no Brasil, então sob a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) em relação à pandemia, através do discurso governamental negacionista e da irresponsabilidade quanto à orientação dos cidadãos em relação ao uso de medicamentos, aplicação de protocolos sanitários preventivos e a vacinação. A postura presidencial indicou um entendimento muito particular da sua função ao contrariar padrões éticos ao desrespeitar a imprensa, ridicularizar o uso de máscaras, promover medicamentos não recomendados pela OMS, duvidar das vacinas e não demonstrar solidariedade a milhares de famílias enlutadas. Além disso, a ocorrência de problemas de gestão da pandemia e denúncias de corrupção, apresentadas pela CPI da Covid no Senado Federal, completaram o cenário de insegurança e medo.

O artigo ressalta, também, dois importantes movimentos antagonísticos ao descaso e negacionismo, que reforçam o poder da sociedade, da universidade e da imprensa na preservação da democracia ao operar o conceito da comunicação pública. A primeira operação ocorre através da imprensa que retoma seu elo com o interesse público, através do debate público propiciado pelos cientistas que tiverem espaço garantido, além de estratégias de difusão de informações como aquelas criadas pelo Jornal Nacional e, especialmente, o trabalho do

Consórcio de Imprensa. A segunda operação diz respeito às iniciativas da comunidade acadêmica que ocupou as redes digitais para debater inúmeros temas e compartilhar com a sociedade os seus saberes e pesquisas relacionados à pandemia e outros temas antes circunscritos às salas de aula.

A pandemia modificou profundamente o comportamento da sociedade e interferiu significativamente na maneira com que o mundo se movimenta na interdependência de mercados e governos; na sobreposição dos sistemas econômicos sobre os regimes políticos; na disputa entre as indústrias farmacêuticas e a saúde pública; na retomada do embate entre capital e trabalho; nos modos de inventar rotinas e administrar o tempo; na descoberta de novas sociabilidades e afetos intermediados por máquinas; e na ratificação sobre o poder dos meios de comunicação e das mídias digitais para o interesse público, interesses privados e até interesses espúrios.

Chegamos ao controle, ainda parcial, do Covid-19, mas suas mutações e consequências geram indagações importantes para transformar em artigos e teses; carregando dores, perdas, descobertas e marcados por uma crise política, econômica e sanitária que ressaltou as desigualdades sociais, a manutenção da miséria e a violência. A pandemia evidenciou que a defesa dos direitos humanos deve ser permanente e que a educação é a única instância possível de mudança social.

A pandemia de Covid-19 fortaleceu a aliança entre o discurso científico, político e midiático, essencial à preservação da vida, mesmo que interesses de governos e do mercado tenha andado em direções opostas às necessidades da ciência e da humanidade. Em tempo, cada país deverá contar sua própria história que vai além deste dia de 2023, quando escrevo e testemunho ainda aspectos da pandemia no Brasil e no mundo, enquanto novas vacinas são aplicadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adorno, Theodor W.(2019). Estudos sobre a personalidade autoritária. São Paulo: UNESP

Arendt, Hannah. (2007). Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva.

Bauman, Zygmunt. (2008). Medo Líquido. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

Baumgarten, Máira eWeber, Maria Helena. (2021). Ciência, informação e política na pandemia brasileira. In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 5702 (p.10-15)

Brenol, Marlise e Trasel, Marcelo. (2020). Uso e apropriação de dados de saúde pelos jornais na pandemia Covid-19 no Brasil. In: Anais do VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. São Paulo:

Brenol, Marlise Viegas; Weber, Maria Helena Weber. (2020). Os dados de Covid-19 em Consórcio de Imprensa e posições políticas. Salvador: Congresso Internacional do INCT.DD,

Carnielli, Fiorenza Zandonade. (2021) Comunicação pública e comunicação cínica

na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Tese de Doutorado em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRGS. Porto Alegre

Charaudeau, Patrick. (2006) Discurso Político. São Paulo: Editora Contexto.,

Esteves, João Pissarra (2011). Sociologia da Comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fechine, Yvana e Demuru, Paolo. (2022). Um bufão no poder: ensaios sociosemióticos . Rio de Janeiro: Confraria do Vento

Foucault, Michel. (1996) A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola.

Ferraretto, Luiz Arthur; Rossetto, Andrei; Brites; Francielly, Chagas; Gustavo Monteiro, Fleck e Paloma .COVID-19 (2021) Comunicação, negacionismo e responsabilidade social. Florianópolis: Editora Insular

Leitão, Valton de Miranda (2000). A paranoia do soberano – uma incursão na alma da política. Petrópolis (RJ): Editora Vozes,

Mbembe, Achille (2018). *Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições.

Morin, Edgar e Kern, Anne Brigitte (1995). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina,

Pinheiro, Muriel Felten. (2021). *Intervenções privadas na comunicação pública do Governo de Jair Bolsonaro: os vieses moralistas e religiosos*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRGS. Porto Alegre

Quéré, Louis (2011). *A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública*. Lisboa: Caleidoscópio, v. 10, p. 13-37.

Sampaio, Rafael; Sarmiento, Rayza e Chagas, Viktor (org.) (2021). *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*. Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação

Sartor, Basilio. *A noção de interesse público no jornalismo*. Tese de Doutorado em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRGS, Porto Alegre

Siqueira, Fabiana; Freire, Débora; Souza, Vagner Cesarino (2021). *O lugar da dramaticidade no Jornal Nacional: um estudo sobre técnicas e ferramentas utilizadas na cobertura da pandemia de Covid-19*. In *Revista Lumina*. Juiz de Fora, UFJF, v. 15, n. 3, p. 94-111..

Weber, Maria Helena. (2021) *A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública*. In: Sampaio, Rafael; Sarmiento, Rayza e Chagas, Viktor (Org.). *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*. Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação, (p.31-39).

Weber, Maria Helena. *Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade*. (2017) In: Weber, Maria Helena.; Coelho, Marja e LOCATELLI, Carlos. *Comunicação pública e política – pesquisa e práticas*. Florianópolis: Editora Insular (p.23-57)